

# BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, do Banco Alvorada S.A. ("Banco Alvorada"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 28.6.2018, foram pagos Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 33 milhões, conforme

deliberado na Ata da Reunião da Diretoria de 30 de maio de 2018.

No semestre, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 981 milhões, correspondente a R\$ 4.697,66 por ação, Patrimônio Líquido de R\$ 22.706 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 8,6% sobre o Patrimônio Líquido. Salvador, BA, 25 de julho de 2018.

Diretoria

### Balanco Patrimonial em 30 de junho - Em Reais mil

	2018	2017		2018	2017
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.225.176</b>	<b>5.706.932</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>687.594</b>	<b>875.900</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	DEPÓSITOS (Nota 11a)	-	636.416
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	271.609	159.317	Depósitos interfinanceiros	-	636.416
Aplicações no Mercado Aberto	18.869	57.530	OUTRAS OBRIGAÇÕES	687.594	239.484
Aplicações e Depósitos Interfinanceiros	252.740	101.787	Sociais e Estatutárias	674.309	223.992
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	287.100	331.400	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	204	173
Carteira Própria	15.047	381	Diversas (Nota 13b)	13.081	15.319
Vinculados à Prestação de Garantias	272.053	331.019	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>215.883</b>	<b>207.022</b>
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	-	55	OUTRAS OBRIGAÇÕES	215.883	207.022
Operações de Arrendamentos a Receber:			Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	36.491	32.915
- Setor Privado	-	401	Diversas (Nota 13b)	179.392	174.107
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	(306)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	-	(40)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22.705.926</b>	<b>21.198.651</b>
OUTROS CRÉDITOS	<b>2.666.450</b>	<b>5.216.136</b>	Capital:		
Rendas a Receber (Nota 8a)	2.617.096	5.123.813	- De Domiciliados no País (Nota 14a)	11.176.393	11.176.393
Rendas (Nota 8b)	49.423	92.358	Reservas de Lucros (Nota 14b)	11.550.173	10.019.312
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(39)	(35)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(20.640)	2.946
OUTROS VALORES E BENS	<b>15</b>	<b>22</b>			
Outros Valores e Bens	239	288			
Provisões para Desvalorizações	(239)	(288)			
Despesas Antecipadas	15	-			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>953.414</b>	<b>908.935</b>			
OUTROS CRÉDITOS	<b>953.414</b>	<b>908.935</b>			
Diversos (Nota 8b)	953.475	909.026			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(61)	(91)			
<b>PERMANENTE</b>	<b>19.430.813</b>	<b>15.665.706</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	<b>19.429.316</b>	<b>15.658.939</b>			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	19.420.408	15.649.685			
Outros Investimentos	36.565	36.565			
Provisões para Perdas	(27.657)	(27.657)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	<b>1.497</b>	<b>7.113</b>			
Bens Arrendados	7588	35.409			
Depreciação Acumulada	(6.091)	(28.296)			
<b>TOTAL</b>	<b>23.609.403</b>	<b>22.281.573</b>	<b>TOTAL</b>	<b>23.609.403</b>	<b>22.281.573</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### Demonstração do Resultado Acumulado em 30 de junho - Em Reais mil

	2018	2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>20.543</b>	<b>32.554</b>
Operações de Créditos (Notas 7e e g)	1.675	1.504
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	1.208	5.568
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	17.680	25.482
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>11.96</b>	<b>40.707</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	-	35.158
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	1.208	5.519
(Reversão)/Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	(12)	30
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>19.247</b>	<b>(8.153)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>958.347</b>	<b>952.882</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(2.624)	(2.937)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(1.271)	(399)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	945.333	934.150
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	20.741	29.918
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(3.832)	(7.650)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>977.694</b>	<b>944.729</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)</b>	<b>1.118</b>	<b>964</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>978.812</b>	<b>945.693</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)</b>	<b>1.768</b>	<b>(2.571)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(1.647)	(3.022)
Provisão para Contribuição Social	(1.184)	(1.878)
Ativo Fiscal Diferido	4.599	2.329
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>980.580</b>	<b>943.122</b>
Número de ações (Nota 14a)	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	4.697,66	4.518,21

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado em 30 de junho - Em Reais mil

	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>978.812</b>	<b>945.693</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>(942.598)</b>	<b>(922.878)</b>
Provisão/(reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	30
Depreciações	8	18
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(945.333)	(934.150)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.190	2.336
Insuficiência de Depreciação	1.201	5.493
Outras Provisões	348	3.395
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>36.214</b>	<b>22.815</b>
Reduções/(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(107.357)	(101.787)
Redução/(Aumento) em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	40.991	(34.462)
Redução/(Aumento) em Relações Interdependências	2	15
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-	(96)
Redução/(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(20.326)	(26.297)
Aumento/(Redução) em Depósitos	-	35.158
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(8.036)	(7.283)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.484)	(8.125)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(66.996)</b>	<b>(120.061)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	14
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	22.542	1.019.697
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos</b>	<b>22.542</b>	<b>1.019.697</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(28.050)	(1.000.000)
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(28.050)</b>	<b>(1.000.000)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(72.504)</b>	<b>(100.264)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	91.375	157.896
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	18.871	57.632
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(72.504)</b>	<b>(100.264)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

#### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Alvorada S.A. ("Banco Alvorada" ou "Instituição") é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, arrendamento mercantil e participações em outras sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

#### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). As demonstrações contábeis incluem

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital			Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
	Social	Legal	Estatutária	Patrimonial	Acumulados	Totais			
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>11.176.393</b>	<b>1.197.416</b>	<b>8.504.963</b>	<b>(23.084)</b>	-	-	-	-	<b>20.855.688</b>
Dividendos Pagos	-	-	(402.197)	-	-	-	-	(402.197)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	26.030	-	-	-	26.030	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	943.122	-	-	943.122	-
Destinações - Reservas	-	47.156	671.974	-	-	-	-	(719.130)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Propósitos	-	-	-	-	(223.992)	-	-	(223.992)	-
<b>Saldos em 30.6.2017</b>	<b>11.176.393</b>	<b>1.244.572</b>	<b>8.774.740</b>	<b>2.946</b>	-	-	-	-	<b>21.198.651</b>
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>11.176.393</b>	<b>1.296.252</b>	<b>9.511.179</b>	<b>13.867</b>	-	-	-	-	<b>21.997.691</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(34.507)	-	-	-	(34.507)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	980.580	-	-	980.580	-
Destinações - Reservas	-	49.029	693.713	-	-	-	-	(742.742)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Pagos	-	-	-	-	(33.000)	-	-	(33.000)	(33.000)
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Propósitos	-	-	-	-	(204.838)	-	-	(204.838)	(204.838)
<b>Saldos em 30.6.2018</b>	<b>11.176.393</b>	<b>1.345.281</b>	<b>10.204.892</b>	<b>(20.640)</b>	-	-	-	-	<b>22.705.926</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. evidenciam todas as informações relevantes, atualizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de julho de 2018.

#### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

##### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

##### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

##### d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

##### e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os créditos de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "FF" (risco máximo); e (ii) a avaliação

continua...

# BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrua) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não estabelecimento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

### I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

### II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipaadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compensação às práticas contábeis. Nas operações de arrendamento mercantil com prazo superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

### III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

### IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

### V - Superveniência/insuficiência de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7).

### g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2018.

Em decorrência da alteração da alíquota, a instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas atuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

#### a) Classificação por categoria e prazos

Títulos	2018					2017				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/custo contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/custo contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação (2)	-	50.250	16.791	219.748	286.789	286.791	(1)	331.019	(73)	
Letras financeiras do tesouro	-	50.250	16.791	219.748	286.789	286.791	(1)	331.019	(73)	
Títulos disponíveis para venda (3)	311	-	-	-	311	297	13	381	84	
Ações	311	-	-	-	311	297	13	381	84	
Total em 2018	311	50.250	16.791	219.748	287.100	287.088	12	331.400	11	
Total em 2017	381	17.629	72.129	241.361	-	-	-	331.400	11	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

#### b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Títulos de renda fixa	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	9.014	16.684
Títulos de renda variável	(8)	341
Total	17.660	17.025

#### c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

### 7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

#### a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal					Curso anormal				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018 (A)	%	2017 (A)	%
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	12.597	97,0
Total em 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	12.597	97,0
Total em 2017	607	248	250	765	1.597	9.130	-	-	12.597	97,0

Operações de crédito	Parcelas vencidas					Acumulado em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	2018 (B)	%	2017 (B)	%	
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	137	1,0	
Outros créditos (1)	382	-	-	-	-	382	3,8	-	-	
Total em 2018	382	-	-	-	-	382	3,8	-	-	
Total em 2017	46	46	45	-	-	-	-	137	100,0	

continua

# BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 33.870.163/0001-84  
Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 30 de junho - R\$ mil

Operações de crédito	Curso anormal						2018 (C)		2017 (C)		Total geral (A+B+C)		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					2018	2017	
Arrendamento mercantil.....	-	-	-	-	-	-	-	-	259	2,0	-	396	3,0
Outros créditos (1).....	116	299	302	923	1.926	6.089	9.654	96,2	-	-	10.036	100,0	12.597
<b>Total em 2018</b> .....	<b>116</b>	<b>299</b>	<b>302</b>	<b>923</b>	<b>1.926</b>	<b>6.089</b>	<b>9.654</b>	<b>96,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.036</b>	<b>100,0</b>	<b>12.597</b>
<b>Total em 2017</b> .....	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>44</b>	<b>125</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>259</b>	<b>2,0</b>	<b>-</b>	<b>12.993</b>	<b>100,0</b>

(1) Corresponde a devedores por compra de valores e bens.

### b) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	% (1)	2017	% (1)
Maiores devedor.....	10.036	100,0	12.597	97,0
Dez maiores devedores.....	10.036	100,0	12.993	100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério BACEN.

### c) Setor de atividade econômica

	2018	%	2017	%
Selvor privado.....	10.036	100,0	12.993	100,0
Serviços.....	10.036	100,0	12.993	100,0
<b>Total</b> .....	<b>10.036</b>	<b>100,0</b>	<b>12.993</b>	<b>100,0</b>

### d) Composição das operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Normal	Anormal	Total	%	Genérica	Específica	2018	2017	
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5
B.....	10.036	10.036	100,0	-	100	100	126	1,0	1,0
C.....	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0
<b>Subtotal</b> .....	<b>10.036</b>	<b>10.036</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>126</b>	<b>40</b>	<b>10,0</b>
D.....	-	-	-	-	-	-	-	-	50,0
E.....	-	-	-	-	-	-	-	-	70,0
F.....	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
G.....	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
H.....	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
<b>Subtotal</b> .....	<b>10.036</b>	<b>10.036</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2018</b> .....	<b>10.036</b>	<b>10.036</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>40</b>	<b>166</b>	<b>100,0</b>
%.....	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	40	166	100,0
<b>Total em 2017</b> .....	<b>12.597</b>	<b>296</b>	<b>12.993</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>24,1</b>	<b>100,0</b>	<b>166</b>	<b>100,0</b>
%.....	97,0	3,0	100,0	-	75,9	24,1	100,0	100,0	100,0

### e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial.....	112	136
Provisão (Reversão) de provisão.....	(12)	30
<b>Saldo final</b> .....	<b>100</b>	<b>166</b>
- Provisão específica (1).....	100	40
- Provisão genérica (2).....	-	126
<b>Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3)</b> .....	<b>1.675</b>	<b>1.504</b>

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e

(3) Classificada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

### 9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital (2)	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial			
						Valor contábil			
						2018	2017		
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.....	10.450.772	17.743.877	865.077.202	100,000000	908.673	17.743.877	14.046.606	908.673	849.993
Castil Holdings Ltda (1).....	-	-	-	-	-	-	-	409.746	397.691
Ganant Corretora de Seguros Ltda.....	274.550	381.678	-	100,000000	7.570	381.678	365.156	7.570	12.829
Miramir Holdings S.A.....	167.000	319.126	41.998	100,000000	12.637	319.126	293.406	12.637	13.183
Baneb Corretora de Seguros S.A.....	5.900	12.605	766	100,000000	294	12.605	12.256	294	579
Setite Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.....	660	1.419	555	99,999820	13	1.419	1.265	13	33
Acsari Holdings Ltda.....	135	205	127	93,948934	3	192	186	3	5
Serel Participações em Imóveis S.A.....	476.000	2.164.329	5.470	37,878799	37.390	837.308	805.557	14.163	26.474
Marseilha Holdings Ltda.....	344.800	655.944	27.927	8,099485	13.988	53.100	53.891	1.133	2.121
Embauba Holdings Ltda.....	326.000	599.075	11.023	3,381292	12.118	20.257	19.354	410	3.855
Manacás Holdings Ltda.....	28.652	38.600	11.107	38,764987	454	14.363	14.541	176	311
Tempo Serviços Ltda.....	1.575.116	2.528.550	7.795	0,494981	62.394	12.518	14.603	309	657
Tecnologia Bancária S.A.....	374.500	458.932	104.390	2,779973	(8.777)	12.185	12.101	(244)	838
Japira Holdings S.A.....	896.314	1.837.889	5.924	0,542809	36.203	9.976	9.559	196	344
Outras empresas.....	-	-	-	-	1.204	1.204	-	-	-
<b>Total de investimentos</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.420.408</b>	<b>15.649.685</b>	<b>945.333</b>	<b>945.333</b>	<b>94.150</b>

(1) Em 24.2.2017 a Instituição foi incorporada pela Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. e

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria, participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

### b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Investimentos por incentivos fiscais.....	14.321	14.321
Ações e cotas.....	14.020	14.020
Outros investimentos.....	6.147	6.147
Títulos patrimoniais.....	77	77
<b>Subtotal</b> .....	<b>36.565</b>	<b>36.565</b>
Provisão para perdas.....	(27.657)	(27.657)
<b>Total</b> .....	<b>8.908</b>	<b>8.908</b>

### 10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Imobilizado de arrendamento:		
Veículos e afins.....	7.530	35.386
Perdas em arrendamentos (líquidas).....	58	23
<b>Subtotal de bens arrendados</b> .....	<b>7.588</b>	<b>35.409</b>
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(7.585)	(35.383)
Superveniência de depreciação (Nota 3f-V).....	1.494	7.087
<b>Subtotal da depreciação acumulada</b> .....	<b>(6.091)</b>	<b>(28.296)</b>
<b>Total imobilizado de arrendamento</b> .....	<b>1.497</b>	<b>7.113</b>

### 11) DEPÓSITOS

#### a) Depósitos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Depósitos interfinanceiros.....	-	636.416
<b>Total em 2018</b> .....	<b>-</b>	<b>636.416</b>
<b>Total em 2017</b> .....	<b>-</b>	<b>636.416</b>

#### b) Despesas com depósitos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Depósitos interfinanceiros.....	-	35.158
<b>Total</b> .....	<b>-</b>	<b>35.158</b>

### 12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

### f) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não cancelamento e opção de compra.

### I - Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Arrendamentos financeiros a receber.....	-	401
(+) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	-	(306)
Bens arrendados financeiros - perdas em arrendamentos (líquidas).....	7.586	35.409
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros.....	(6.091)	(28.296)
Depreciações acumuladas.....	(7.585)	(35.383)
Superveniência de depreciação.....	1.494	7.087
(+) Valor residual garantido antecipado (Nota 13b).....	(1.497)	(6.812)
<b>Total do valor presente</b> .....	<b>-</b>	<b>396</b>

### g) Resultado de operações de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 7e).....	1.675	1.504
Arrendamento mercantil.....	-	49
<b>Total</b> .....	<b>1.675</b>	<b>1.553</b>

A Instituição não teve operações renegociadas nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

### 8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas e juros sobre o capital próprio a receber, no montante de R\$ 2.617.066 mil (2017 - R\$ 5.123.681 mil).  
Referem-se, a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, no montante de R\$ 2.617.066 mil (2017 - R\$ 5.123.681 mil).

### b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Devedores por depósitos em garantia.....	409.746	397.691
Pagamentos a ressarcir.....	212.351	201.602
Impostos e contribuições a compensar.....	133.741	114.637
Créditos tributários (Nota 22c).....	132.275	170.192
Devedores diversos.....	104.719	104.305
Outros.....	10.036	12.597
<b>Total</b> .....	<b>1.002.898</b>	<b>1.001.384</b>

Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:

IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - R\$ 70.511 mil (2017 - R\$ 68.952 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento do sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

### IV - Movimentação das provisões

(1) Compreende, substancialmente, as obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Alvorada são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

### II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de julgamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

### III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

O Banco Alvorada vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:

IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - R\$ 70.511 mil (2017 - R\$ 68.952 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento do sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

### IV - Movimentação das provisões

(1) Compreende, substancialmente, as obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Alvorada são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

# BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 33.870.163/0001-84  
Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que o Banco Alvorada figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuação Fiscal lavrada pela Prefeitura de Salvador por suposta falta de recolhimento de ISS sobre operações de leasing para o período de dezembro/2008 a dezembro/2012, no montante de R\$ 927.502 mil (2017 - R\$ 857.343 mil); b) Autuação de CSLL, anos calendário 2011 e 2012, relativo à glosa de compensação de parte do prejuízo fiscal de 2009 no montante de R\$ 472.720 mil (2017 - R\$ 447.634 mil); c) Autuação de IRPJ, anos calendário 2011 e 2012, relativo suposta falta de adição na base de cálculo de CSLL, do despesas de depreciação no montante de R\$ 257.143 mil (2017 - R\$ 243.627 mil); e d) Autuação relativa ao IRPJ dos anos calendários de 2008 e 2009 sobre as supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em virtude de superveniência de depreciação, de despesas e receitas operacionais relacionadas, no montante de R\$ 236.019 mil (2017 - R\$ 225.841 mil).

### 13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	36.491	32.915
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros.....	-	146
Impostos e contribuições a recolher.....	204	27
<b>Total.....</b>	<b>36.695</b>	<b>33.088</b>

#### b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisões para contingências fiscais (Nota 12b - IV).....	14.169	138.257
Provisões civis (Nota 12b - IV).....	24.204	22.814
Outras provisões.....	10.417	5.988
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	7.367	6.859
Credores diversos - país.....	6.434	6.370
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7f - I).....	1.497	6.812
Provisões trabalhistas (Nota 12b - IV).....	1.061	1.943
Provisão para pagamentos a efetuar.....	324	303
<b>Total.....</b>	<b>192.473</b>	<b>189.426</b>

### 14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 11.176.393 mil (2017 - R\$ 11.176.393 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 708.738 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

#### b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
<b>Reservas de lucros.....</b>	<b>11.550.173</b>	<b>10.019.312</b>
- Reserva legal (1).....	1.345.572	1.244.572
- Reserva estatutária (2).....	10.204.892	8.774.740

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acessado das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

#### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 junho, estão demonstrados da seguinte forma:

	R\$ mil	
	2018	2017
<b>Lucro líquido do semestre.....</b>	<b>960.580</b>	<b>943.122</b>
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(49.029)	(47.156)
<b>Base de cálculo ajustada.....</b>	<b>931.551</b>	<b>895.966</b>
Dividendos propostos.....	204.838	223.992
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (1).....	33.000	-
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio.....	(4.850)	-
<b>Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos.....</b>	<b>232.888</b>	<b>223.992</b>
<b>Percentual em relação à base de cálculo ajustada.....</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
<b>Valor em Reais por ação.....</b>	<b>1.115,70</b>	<b>1.073,08</b>

(1) Conforme Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de maio de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 33.000 mil, pago em 28 de junho de 2018.

### 15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços técnicos especializados.....	2.050	2.301
Propaganda, promoções e publicidade.....	363	354
Serviços do sistema financeiro.....	32	38
Serviços de terceiros.....	10	7
Transporte.....	1	2
Outras.....	164	285
<b>Total.....</b>	<b>2.624</b>	<b>2.937</b>

### 16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Contribuição ao Cofins.....	1.057	76
Contribuição ao PIS.....	172	12
Impostos e taxas.....	42	307
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	-	4
<b>Total.....</b>	<b>1.271</b>	<b>399</b>

### 17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Outras receitas financeiras.....	15.219	23.847
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos a receber.....	4.797	4.793
Reversão de provisões operacionais.....	725	1.288
<b>Total.....</b>	<b>20.741</b>	<b>29.918</b>

### 18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Outras provisões operacionais.....	1.419	3.395
Provisões fiscais.....	1.240	2.296
Provisões civis.....	634	754
Outras despesas financeiras.....	241	363
Provisões trabalhistas.....	99	574
Despesas gerais.....	39	247
Indenizações pagas.....	-	15
Outras.....	160	206
<b>Total.....</b>	<b>3.832</b>	<b>7.850</b>

### 19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos.....	1.118	954
<b>Total.....</b>	<b>1.118</b>	<b>954</b>

### 20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim resumidas:

	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos</b>				
Aplicações no mercado aberto.....	18.869	57.530	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	252.740	101.787	-	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber.....	-	-	2.617.066	5.123.681
<b>Passivos</b>				
Depósitos interfinanceiros.....	-	636.416	-	-
Dividendos a pagar.....	674.306	223.990	-	-

	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Receitas de intermediação financeira.....	8.654	8.457	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	-	(35.158)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	-	(1)	-	-

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
  - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.
- Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.993/11, para seu pessoal-chave da Administração.

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
  - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
  - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 21) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cisão do Banco Banbê S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida de benefício definido, por meio da Fundação Banbê de Seguridade Social - Bases (relativos aos ex-empregados do Banbê). As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações).

### 22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>978.812</b>	<b>945.693</b>
Engargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(440.465)	(425.562)

**Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:**

Participações em coligadas e controladas.....	425.400	420.367
Juros sobre capital próprio - pago.....	14.800	1.933
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	2.150	(167)
Outros valores (2).....	(167)	691
<b>Total do imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>1.768</b>	<b>(2.571)</b>

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada, e (ii) as deduções incentivadas.

#### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017

<b>Impostos correntes:</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos.....</b>	<b>(2.831)</b>	<b>(4.900)</b>
Constituição/Realização no semestre, sobre adições temporárias.....	1.160	2.234
Utilização de saldos iniciais de:		
- Base negativa de contribuição social.....	1.402	95
- Prejuízo fiscal.....	2.037	-
<b>Total dos impostos diferidos.....</b>	<b>4.599</b>	<b>2.329</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>1.768</b>	<b>(2.571)</b>

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2017		Realização/ baixa		Saldo em 30.6.2018
	Constituição	Realização	Constituição	Realização	
Provisão sobre valores a ressarcir.....	54.327	424	201	54.550	
Provisões fiscais.....	36.468	496	-	36.964	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	10.524	128	5	10.519	
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	7.268	144	-	7.412	
Provisões civis.....	6.315	254	-	6.569	
Provisões trabalhistas.....	843	39	313	569	
Outras provisões.....	11.931	322	-	12.253	
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....</b>	<b>127.676</b>	<b>1.679</b>	<b>519</b>	<b>128.336</b>	
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	3.439	-	3.439	
<b>Total dos créditos tributários (Nota 6b).....</b>	<b>127.676</b>	<b>5.118</b>	<b>519</b>	<b>132.275</b>	
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a).....</b>	<b>33.770</b>	<b>2.721</b>	<b>519</b>	<b>36.491</b>	
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....</b>	<b>93.906</b>	<b>2.397</b>	<b>519</b>	<b>95.784</b>	

#### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2018.....	760	407	340	234	1.741
2019.....	20.883	11.164	679	467	33.223
2020.....	20.736	11.103	679	467	32.985
2021.....	20.730	11.100	339	234	32.403
2022.....	20.730	11.100	-	-	31.830
Ativos 2018.....	58	35	-	-	93
<b>Total.....</b>	<b>83.897</b>	<b>44.939</b>	<b>2.037</b>	<b>1.402</b>	<b>132.275</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, montou a R\$ 124.147 mil (2017 - R\$ 161.512 mil) de diferenças temporárias, sendo R\$ 120.841 mil (2017 - R\$ 161.422 mil) de diferenças temporárias, R\$ 1.348 mil (2017 - R\$ 90 mil) de base negativa de contribuição social e R\$ 1.958 mil de prejuízo fiscal.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 36.491 mil (2017 - R\$ 32.915 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 374 mil (2017 - R\$ 1.772 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 36.117 mil (2017 - R\$ 31.143 mil).

### 23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas das contratas de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão segurados por montantes superiores para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

#### b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas. A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões coligadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, monitorados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

O Banco Alvorada, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicados às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Retenção ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.694/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conciliatório Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeriram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

**BANCO ALVORADA S.A.**

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 33.870.163/0001-84  
Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

**A Diretoria**

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5 S - BA

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas e aos Administradores do

**Banco Alvorada S.A.**  
Salvador - Bahia

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, omissão, falsificação, omissão ou representações feitas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que as demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP02567/O-1 F-SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2

**BRASIL****Barroso será o relator do registro de Lula**

**CANDIDATURA** A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Rosa Weber, decidiu, ontem, que o ministro Luís Roberto Barroso será o relator do pedido de registro de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ministra ainda não decidiu sobre quem irá julgar os pedidos de impugnação da candidatura do candidato.

A decisão da ministra foi necessária após o ministro Barroso pedir à presidência do TSE que avalie se o registro para concorrer nas eleições de outubro e as impugnações devem ter o mesmo relator. Os advogados do PT também pediram que o caso fosse esclarecido.

Inicialmente, a Barroso, mas o PT questionou o TSE sobre os critérios de definição da relatoria, sob o argumento de que o ministro Admar Gonzaga já é o relator de



Rosa Weber indicará relator para analisar o registro de candidatura

quatro processos que pretendem barrar as pretensões eleitorais do ex-presidente.

Já a constatação da Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) à candidatura de Lula está

inserida dentro do processo de registro do ex-presidente, que ficou com Barroso.

**PRAZO PARA DEFESA**

A procuradora-geral da Re-

pública, Raquel Dodge, pediu, ontem, ao TSE que já comece a contar o prazo para que a defesa de Lula se manifeste sobre a impugnação de seu registro de candidatura. O pedido é colocado como uma segunda alternativa da PGR, caso o ministro relator do caso não negue liminarmente, sem consulta às partes, o registro do ex-presidente.

Na quarta-feira (15), mesmo dia em que Lula foi registrado como candidato no TSE, a PGR pediu ao relator que negasse o registro. Raquel explica que, na quarta-feira, a defesa de Lula entrou com uma petição questionando o critério de distribuição de seu registro a Barroso. A procuradora afirma que, pela "dinâmica dos fatos", é certo que os advogados do ex-presidente já tomaram ciência da impugnação apresentada pela PGR.

**Cunha quer usar dinheiro de propina para pagar multa**

**LAVA JATO** A defesa do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) pediu ao juiz Sérgio Moro que faça a transferência para uma conta judicial de cerca de 2,3 milhões de francos, o equivalente a R\$ 9,1 milhões, que foram encontrados em contas na Suíça. O objetivo é pagar a multa referente ao processo da Lava Jato com o dinheiro. Segundo a acusação, o ex-presidente da Câmara recebeu nessas contas propina do negócio que a Petrobras fez com campo de petróleo em Benin, na África. A negociação levou Cunha a ser condenado a 14 anos de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Os advogados de Cunha disseram que já está em andamento a repatriação dos valores encontrados nas contas do Netherton Investments e Kopek pelas autoridades suíças. O pedido da defesa causou perplexidade na Lava Jato. Para os procuradores, os valores da repatriação de Cunha devem ser perdidos, por se tratar de produto de crime. Segundo a força-tarefa da Lava Jato, a conta Kopek seria destinada a pagar as contas do cartão de crédito da jornalista Cláudia Cruz, mulher de Cunha.

**BOLSONARO CONTESTA CANDIDATURA DO PT**

**FICHA LIMPA** O candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, e sua coligação contestaram, ontem, o pedido de registro do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso e condenado no âmbito da Operação Lava Jato. É o quarto pedido feito à Justiça eleitoral para que a candidatura de Lula seja rejeitada com base na Lei da Ficha Limpa. Também entraram

com pedidos similares os candidatos a deputado federal Kim Kataguiri, do DEM, ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), e o ator Alexandre Frota, que também é do PSL. O outro pedido foi feito pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Esta é a primeira vez que um dos 13 candidatos ao Palácio do Planalto decide contestar a candidatura de Lula na Corte Eleitoral.

**CIRO PROMETE PARCELAR DÉBITOS NO SPC**

**DÍVIDA** O presidenciável Ciro Gomes (PDT) afirmou, ontem, que sua proposta de refinanciamento da dívida das pessoas com o nome no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) prevê o parcelamento do débito em três anos. O candidato disse ainda que fará um leilão entre as instituições credoras em busca de descontos nas dívidas. Ele afirmou que o débito médio pode chegar a R\$ 1.200 após

os abatimentos - menor que a dívida do brasileiro, que é de R\$ 1.512,48. "Se tomar o desconto médio dos feirões do Serasa, que eu estou acompanhando, [o abatimento] chega a 80%. Imagina o governo entrando para proteger e ajudar nessa negociação? Esse desconto vai aumentar e nós vamos chegar a R\$ 1.200", afirmou ele, em campanha no Irajá, Rio de Janeiro.